

Pedem justiça rápida e menos burocracia para as empresas

Uma justiça económica célere, tribunais des congestionados e menos burocracia, para quem dá apoio jurídico às empresas, estas deveriam ser apostas do próximo Governo.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Maior celeridade, tribunais des congestionados e menos burocracias a nível processual. Quando o que está em causa é elaborar um caderno de encargos para o futuro Governo, os advogados que lidam com as empresas é aqui que centram as suas reivindicações. Uma justiça económica célere, transparente e eficaz cria maior confiança e satisfação junto das empresas e cidadãos, defendem um assessor jurídico ouvido pelo Negócios.

“O grande problema da justiça portuguesa, com impacto nas empresas é, sabemos-lo todos, o tempo que ainda demora a fazer-se essa ‘justiça’. E, depois, o custo direto e indireto desse ‘tempo’ da justiça”, sublinha Francisco Colaço, advogado e sócio da Miranda. Isto, porque “a falta de garantia de uma justiça acessível e atempada assusta o empresariado nacional e afugenta o investidor estrangeiro, que procura, legitimamente, garantias de tranquilidade para o seu investimento”, avança o mesmo advogado. Defende, por isso, “uma justiça não só operante, que o é, mas também atempada, que deveria ser”.

Na mesma linha de raciocínio, Nuno Pena, sócio da CMS-RPA, diz que “o sistema de justiça, e o seu modo funcionamento, é fundamental numa economia que se quer pujante”. Tal como adianta este advogado, “uma justiça lenta arrasta a economia e reduz a confiança”. Por isso, adianta, “é prioritário descongestionar os tribunais”.

Já António Frutuoso de Melo, fundador e sócio AFMA, enfatiza que “uma economia sã e dinâmica



Pedro Simões

O acumular de processos pendentes e a lentidão na resolução de litígios são duas das razões de queixa relativamente à justiça económica.

exige certeza e segurança nas relações comerciais, desde logo nos pagamentos”. Nesse sentido, defende, “é essencial dispor de um sistema de cobrança de dívidas que funcione rapidamente, bem como um processo de insolvência que permi-

É essencial dispor de um sistema de cobrança de dívidas que funcione rapidamente, diz Frutuoso de Melo.

ta a recuperação da empresa em tempo útil, quando possível, e dos créditos”.

Na opinião de Frutuoso de Melo, “torna-se essencial acabar com formalidades processuais meramente burocráticas sem utilidade prática e exigir rapidez nas decisões dos administradores de insolvência, da assembleia de credores e do Tribunal, para evitar prolongamentos do processo que só levam à impossibilidade de recuperação e à destruição de valor”.

Melhorar tempos de cumprimento

Jaime Carvalho Esteves, sócio da J+Legal, salienta a necessidade de maior celeridade da recuperação,

ou insolvência, das empresas. “É fundamental identificarem-se de modo precoce as empresas ‘zombies’ que continuam, porém, a atuar no mercado e, com isso, contam a saúde financeira dos demais operadores económicos que com elas transacionam”.

Para este advogado da J+Legal, é “fundamental, melhorar os tempos de cumprimento, da intervenção coerciva quando necessária e ainda da recuperação ou encerramento das empresas em dificuldades”. Em sua opinião, evitar-se-ia deste modo que as dificuldades “se propaguem pela economia, como uma bola de neve”.

Se o propósito é apoiar as empresas, Sandra Alves Amorim, ad-

Tribunais precisam de reforço de recursos humanos e mais digital

vogada coordenadora da RSA, entende que o acesso às linhas de crédito para recapitalização ou investimento “deve ser objeto de clarificação, com pressupostos mais transparentes, reduzindo a respetiva burocracia no procedimento de adesão”. Mais, avança a advogada, estes apoios devem poder ser utilizados “como verdadeiros mecanismos de reestruturação pelas micro, pequenas e médias empresas, que são a maior percentagem do nosso tecido empresarial”.

Tendo em consideração a estagnação da economia portuguesa que se verifica há vários anos, “é urgente e inadiável que o próximo Governo se foque em tomar medidas que permitam atrair investimento estrangeiro e estimular a atividade económica”, defende, por seu turno, Paulo Almeida, sócio responsável pelo escritório da Kennedys em Portugal.

Até por isso, este advogado entende que na área da justiça económica, “importa trabalhar aspetos como a celeridade, transparência, eficácia, simplicidade e flexibilidade do sistema judicial, permitindo, desta forma, alcançar uma maior confiança e satisfação junto das empresas e cidadãos”. ■

Reforçar magistrados e funcionários judiciais, aprofundar a transição digital, tirar mais partido das tecnologias já disponíveis ou simplificar peças processuais, estas são algumas das medidas propostas para melhorar o sistema de justiça.

“Além da medida óbvia de reforço de meios humanos – magistrados e funcionários –, há um conjunto de medidas que poderão levar a ganhos de eficiência nos tribunais”, defende Alexandra Nascimento Correia, da Abreu Advogados. Desde logo, adianta “é necessário encontrar uma solução para a quantidade de processos de insolvência acu-

mulada nos tribunais de comércio, através, por exemplo, da criação de juízos de competência especializada de insolvência nas comarcas em que isso se justifique”.

Já Paulo Almeida, sócio da Kennedys, entende que, entre as várias medidas para pôr os tribunais a funcionarem melhor, uma delas seria, “seguramente, aprofundar a transição digital da justiça e melhorar a sua utilização, facilitando, por exemplo, a realização de diligências judiciais remotas, o que permitirá que um processo seja mais expedito e flexível”.

Para Francisco Colaço, uma das mudanças necessárias prende-se com a mentalidade dos ato-

res da justiça. “Articulados e peças processuais mais objetivas, curtas e ‘limpas’, menos incidentes e entropias processuais diversas, menos audiências presenciais inúteis para receber despachos ou dizer duas frases e menos sentenças e acórdãos com demasiadas páginas”, tudo isto ajudaria, diz este advogado e sócio da Miranda, “a produzir justiça eficaz e atempada”.

Pensando nos tribunais administrativos, Nuno Pena, sócio da CMS-RPA, considera que uma das medidas deveria passar por integrá-los nos comuns, que, diz, “sempre funcionam um pouco melhor”. Em sua opinião, é tam-

bém importante “fazer um levantamento dos principais pontos de constrangimento e, de uma vez por todas, tirar partido do desenvolvimento tecnológico disponível”.

Quanto a medidas na área fiscal, Jaime Carvalho Esteves, sócio da J+Legal, defende “o alargamento do âmbito da arbitragem tributária”, que considera já ter dado “muito boas provas”. Segundo adianta, “a par da possibilidade de obter uma decisão célere, a arbitragem foi já crucial para rapidamente fixar jurisprudência em matérias novas, que de outro modo iriam entupir os tribunais”. ■



O grande problema da justiça, com impacto nas empresas, é o tempo que ainda demora a fazer-se essa ‘justiça’.



FRANCISCO COLAÇO
Advogado,
sócio da Miranda



É confrangedor constatar que os tribunais administrativos sejam os que maiores atrasos registam.



NUNO PENNA
Advogado,
sócio da CMS-RPA



É fundamental a identificação precoce das empresas-zombie, que estando no mercado contaminam a saúde financeira das demais.



JAIME C. ESTEVES
Advogado,
sócio da sociedade J+Legal



No plano da justiça económica, importa trabalhar aspetos como a celeridade, a transparência, e a eficácia [...] do sistema judicial.



PAULO ALMEIDA
Advogado,
Sócio da Kennedys

É defendida uma clarificação dos pressupostos de acesso às linhas para recapitalização das empresas.